

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias,

enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		4.372.625	4.411.405	Circulante		659.287	653.734
Disponível		7.748	5.223	Contas a pagar		12.550	11.132
Caixa e bancos		7.748	5.223	Obrigações a pagar		4.037	3.925
Equivalentes de caixa	6	320.277	222.093	Impostos e encargos sociais a recolher		4.747	5.892
Aplicações	7	4.023.228	4.154.462	Encargos trabalhistas		390	388
Créditos das operações com seguros e resseguros		4.272	7.423	Impostos e contribuições		3.251	800
Prêmios a receber		4.272	7.262	Outras contas a pagar		125	127
Operações com resseguradoras		-	161	Débitos de operações com seguros e resseguros		1.777	421
Créditos das operações com previdência complementar		2.990	3.077	Operações com resseguradoras		1.746	408
Valores a receber		2.990	3.077	Corretores de seguros e resseguros		31	-
Outros créditos operacionais		2.499	2.831	Outros débitos operacionais		-	13
Ativos de resseguro - provisões técnicas		710	83	Depósitos de terceiros		165	570
Títulos e créditos a receber		6.679	12.042	Provisões técnicas - seguros	11	329.706	320.120
Títulos e créditos a receber		5.161	7.922	Danos		8	56
Créditos tributários e previdenciários	8	1.516	4.114	Pessoas		799	760
Outros créditos		2	6	Vida individual		18.353	35.728
Despesas antecipadas		768	5	Vida com cobertura por sobrevivência		310.546	283.576
Custos de aquisição diferidos	9	3.454	4.166	Provisões técnicas - previdência complementar	12	315.089	321.491
Seguros		2.418	2.944	Planos não bloqueados		123.945	116.757
Previdência		1.036	1.222	PGBL/PRGP		191.144	204.734
Não circulante		1.183.322	984.500	Não circulante		4.567.690	4.546.321
Realizável a longo prazo		1.170.314	971.147	Contas a pagar		31.968	12.867
Aplicações	7	1.079.535	953.032	Obrigações a pagar		236	170
Títulos e créditos a receber		89.121	14.740	Tributos diferidos	8.1.2	31.732	12.697
Créditos tributários e previdenciários	8	76.389	2.263	Provisões técnicas - seguros	11	1.920.058	1.918.679
Depósitos judiciais e fiscais		12.689	12.440	Vida individual		29.953	1.763
Outros créditos operacionais		43	37	Vida com cobertura por sobrevivência		1.890.105	1.916.916
Custos de aquisição diferidos	9	1.658	3.375	Provisões técnicas - previdência complementar	12	2.605.914	2.604.971
Seguros		1.186	2.541	Planos não bloqueados		962.908	937.155
Previdência		472	834	PGBL/PRGP		1.643.006	1.667.816
Imobilizado	10	13.008	13.353	Outros débitos		9.750	9.804
Imóveis de uso próprio		13.008	13.353	Provisões judiciais	13	9.750	9.804
Total do ativo		5.555.947	5.395.905	Patrimônio líquido	14	328.970	195.850
				Capital social		239.578	154.578
				Aumento de capital - em aprovação		95.000	-
				Reservas de reavaliação		4.809	4.955
				Reservas de lucros		-	22.188
				Ajuste de avaliação patrimonial		6.208	14.129
				Prejuízos acumulados		(16.625)	-
				Total do passivo e patrimônio líquido		5.555.947	5.395.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo final em 1º de janeiro de 2020		114.578	40.000	5.102	48.083	16.732	-	224.495
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAT nº 194		20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP/CGRAT nº 252		20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(2.603)	-	(2.603)
Reserva de reavaliação:								
Realização		-	-	(146)	-	-	146	-
Outros		-	-	(1)	-	-	-	(1)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(26.041)	(26.041)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		-	-	-	(25.895)	-	25.895	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		154.578	-	4.955	22.188	14.129	-	195.850
Resultados de exercícios anteriores	2.1.2	-	-	-	36.619	-	-	36.619
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 234	14 a	15.000	-	-	-	-	-	15.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 389	14 a	45.000	-	-	-	-	-	45.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 430	14 a	25.000	-	-	-	-	-	25.000
AGE de 27 de agosto de 2021	14 a	-	55.000	-	-	-	-	55.000
AGE de 29 de outubro de 2021	14 a	-	10.000	-	-	-	-	10.000
AGE de 29 de dezembro de 2021	14 a	-	30.000	-	-	-	-	30.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14 d	-	-	-	-	(7.921)	-	(7.921)
Reserva de reavaliação:								
Realização		-	-	(146)	-	-	146	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(75.578)	(75.578)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		-	-	-	(58.807)	-	58.807	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		239.578	95.000	4.809	22.188	6.208	(16.625)	328.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Av. Rio Branco, 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, vida individual, vida com cobertura de sobrevivência, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Dentro dos impactos causados pela pandemia, destacamos o resultado financeiro, que tem oscilado constantemente, fechando o exercício com um resultado negativo em R\$ 155,5 milhões.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do

atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas e (iii) da realização dos impostos diferidos. A liquidação das transações que

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação expresso em reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Rendas de contribuições e prêmios	15	429.325	426.561
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(428.529)	(425.813)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		796	748
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		49.461	41.411
Varição de outras provisões técnicas		1.755	18.135
Benefícios retidos		(4.752)	(13.110)
Custos de aquisição		(5.788)	(7.358)
Prêmios emitidos		15.932	14.230
Contribuições para cobertura de riscos		15.716	13.922
Variações das provisões técnicas de prêmios		(419)	5.104
Prêmios ganhos	16	31.229	33.256
Sinistros ocorridos	17	(5.801)	(3.251)
Custos de aquisição		(13.018)	(15.888)
Outras receitas e despesas operacionais		(2.720)	(2.145)
Resultado com operações de resseguro		(591)	20
Receita com resseguro		673	1.989
Despesas com resseguro		(1.264)	(1.969)
Despesas administrativas	18	(37.051)	(35.610)
Despesas com tributos		(7.205)	(7.276)
Resultado financeiro	19	(155.484)	(34.263)
Resultado patrimonial		-	2.214
Resultado operacional		(149.169)	(23.117)
Perdas com ativos não correntes		-	(373)
Resultado antes dos impostos e participações		(149.169)	(23.490)
Imposto de renda	8.2	46.403	(1.354)
Contribuição social	8.2	27.816	(809)
Participações sobre o lucro		(628)	(389)
Prejuízo do exercício		(75.578)	(26.041)
Quantidade de ações (mil)		13.309	4.794
Prejuízo por ação (R\$)		(5,68)	(5,43)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prejuízo do exercício	(75.578)	(26.041)
Outros resultados abrangentes	(7.921)	(2.603)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(13.190)	(4.350)
Efeitos tributários	5.276	1.740
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(12)	12
Efeitos tributários	5	(5)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	(83.499)	(28.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(75.578)	(26.041)
Ajustes para:		
Depreciações	345	344
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	4.731	83.872
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.151	(2.340)
Créditos das operações com previdência complementar	87	2.344
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(627)	358
Créditos fiscais e previdenciários	2.598	3.349
Ativo fiscal diferido	(74.126)	2.252
Depósitos judiciais e fiscais	(249)	(259)
Despesas antecipadas	(763)	(5)
Custos de aquisição diferidos	2.429	2.768
Outros ativos	3.091	(498)
Impostos e contribuições	2.451	198
Outras contas a pagar	18.068	394

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



PORTO SEGURO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no "site" da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

2.1.2 RECLASSIFICAÇÕES E AJUSTES

Em dezembro de 2021 a Companhia efetuou a reversão integral da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em razão da utilização da Mais Valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, os quais estão reconhecidos em "mantidos até o vencimento", nos termos do § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015.

	Publicado 31/12/2020	Reclas- sificação	Reapresentado 31/12/2020
Passivo circulante			
Contas a pagar			
Impostos e contribuições.....	800	2.976	3.776
Provisões técnicas - seguros			
Vida individual	35.728	(697)	35.031
Provisões técnicas - previdência complementar			
Planos não bloqueados	284.305	(63.311)	220.994
Passivo não circulante			
Contas a pagar			
Tributos diferidos	12.697	24.413	37.110
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros.....	22.188	36.619	58.807

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação**
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

• **Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• **Nível 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• **Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.5.1 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda e mantidos até o vencimento, está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.7 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.8 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

2.9 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.9.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata dia" para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões), com base nas contribuições recebidas no mês; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(d) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.

(e) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(f) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previstos no contrato do participante. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofreram ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.9.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e normas específicas da SUSEP. Vide nota explicativa nº 3.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

A conclusão do TAP realizada nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrado na nota explicativa nº 12.1.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.10.1 PRÊMIO DE SEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.9.1(b)).

2.10.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.10.3 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pela adequação à Circular SUSEP nº 623/21, vigente a partir de 1 de julho de 2021, que dispõe sobre a atualização da tábua biométrica BR-EMS 2015 para BR-EMS 2021.

3.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O valor total de caixa, equivalentes de caixa, aplicações, prêmios e valores a receber de segurados e de operações com previdência privada em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 5.435.157, para aos quais existem R\$ 97 de provisão para risco de crédito.

3.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguro e previdência complementar. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total das provisões técnicas - seguro e previdência complementar em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 5.170.767.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 9.750, para as quais existem R\$ 12.689 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 76.389 (ativo) e R\$ 31.732 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por: **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações. Em 31 de dezembro de 2021, 71,9% (79,1% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento.....	579.267	—	466.939	421
Fluxo de 0 a 30 dias	332.486	3.128	259.433	16.764
Fluxo de 31 a 180 dias	184.253	26.247	117.743	76.089
Fluxo de 181 a 360 dias	183.584	56.819	58.081	80.391
Fluxo acima de 360 dias.....	4.745.152	9.709.309	4.644.789	9.176.458
Total	6.024.742	9.795.503	5.546.986	9.350.123

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

continua★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM).....	40,3%	35,2%
Pós-fixados (SELIC/CDI).....	33,4%	52,2%
Prefixados.....	22,0%	8,1%
Ações.....	3,1%	3,1%
Outros.....	1,2%	1,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(331.292)
	+ 25 b.p.	(180.461)
	+ 10 b.p.	(76.286)
	- 10 b.p.	76.286
	- 25 b.p.	180.461
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	331.292
	+ 25 b.p.	(126.964)
	+ 10 b.p.	(68.706)
	+ 10 b.p.	(32.292)
	- 10 b.p.	32.292
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	68.706
	+ 25 b.p.	126.964
	+ 10 b.p.	± 6.211
	± 50 b.p.	± 5.261
	± 10 b.p.	± 4.209
Ações	± 34%	± 29.615
	± 17%	± 14.808
	± 9%	± 7.404

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto da capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de vida e contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2).

(b) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(c) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva
Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causados pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar
Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.953 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 807.725. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
ETJ-SUSEP - aumento de 50,0%.....	8.382.184	5.534.197
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.....	(120.961)	(120.312)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 14 (c).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*).....	320.277	222.093
	320.277	222.093

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (i)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs.....	1.364.757	-	1.364.757	2.190.894	-	2.190.894
NTNs - B.....	925.135	-	925.135	816.273	-	816.273
Debêntures.....	-	556.158	556.158	-	483.249	483.249
Cotas de fundos de investimento.....	386.665	-	386.665	205.560	-	205.560
Letras financeiras - privadas.....	-	295.368	295.368	-	213.623	213.623
LTNs.....	268.123	-	268.123	-	-	-
Ações de companhias abertas.....	164.604	-	164.604	166.393	-	166.393
NTNs - C.....	29.625	-	29.625	31.573	-	31.573
CDBs.....	-	20.315	20.315	-	46.897	46.897
DPGE.....	-	12.478	12.478	-	-	-
Total - circulante.....	3.138.909	884.319	4.023.228	3.410.693	743.769	4.154.462
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria.....			79%			81%

(i) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
NTN - C.....	184.945	175.109
Total - não circulante.....	184.945	175.109
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria.....	4%	3%

(i) O valor de curva dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 174.611 (R\$ 151.585 em 31 de dezembro de 2020).

7.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (i)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTN - C.....	825.073	715.022
NTN - B.....	69.517	62.901
Total - não circulante.....	894.590	777.923
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria.....	18%	15%

(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 962.698 (R\$ 926.662 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial.....	5.329.587	5.405.323
Aplicações.....	1.111.073	879.797
Resgates.....	(1.232.139)	(1.280.504)
Rendimentos.....	227.709	329.321
Ajuste a valor de mercado.....	(13.190)	(4.350)
Saldo final.....	5.423.040	5.329.587

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 estão apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Taxas de juros % (a.a.)		
Equivalentes de caixa (i).....	9,12	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs C - IGPM.....	6,26	6,25
NTNs B - IPCA.....	4,48	3,18
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	0,14	0,05

(i) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
- diferenças temporárias (i).....	76.389	2.263
Imposto de renda e contribuição social.....	-	2.598
Outros.....	1.516	1.516
	77.905	6.377
Circulante.....	1.516	4.114
Não circulante.....	76.389	2.263

(i) Vide nota explicativa nº 8.1.1.

8.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

8.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i).....	-	174.300	(102.582)	71.718
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais.....	680	2.853	(104)	3.429
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas.....	408	138	(232)	314
Provisão para riscos sobre créditos.....	219	120	(280)	59
Provisão de participação nos lucros.....	183	262	(387)	58
Outras provisões.....	773	77.629	(77.591)	811
	2.263	255.302	(181.176)	76.389

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

8.1.2 PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores (i).....	-	24.413	-	24.413
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros.....	9.410	7.447	(12.723)	4.134
IR e CS sobre reavaliação de imóveis.....	3.271	-	(97)	3.174
IR e CS outros.....	16	-	(5)	11
	12.697	31.860	(12.825)	31.732

(i) Vide nota explicativa nº 2.1.2.

8.1.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022.....	25.862
2023.....	25.781
2024.....	23.981
Após 2024.....	765
Total - Ativo.....	76.389
Valor presente (*).....	68.853

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

8.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL).....	(149.169)	(23.490)
(-) Participações sobre o lucro.....	(628)	(389)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL (A).....	(149.797)	(23.879)
Alíquota vigente (i).....	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B).....	59.919	9.552
Baixa para perda - diferido.....	11.685	(11.685)
Outros.....	2.615	(29)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	14.300	(29)
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C).....	74.219	(2.162)
Taxa efetiva (D/A).....	49,5%	-9,1%

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

9. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

O prazo médio de amortização dos custos de aquisição diferidos é de 36 meses para todos os planos.

10. IMOBILIZADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Despesas de depreciação	Movimentação	Dezembro de 2021	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (*).....	11.533	(345)	16.407	2.241.009	11.188
Terrenos.....	1.820	-	1.820	-	2,1
Imóveis de uso.....	13.353	(345)			

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

11.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	2.238.799	2.387.036
Constituições decorrentes de prêmios.....	310.055	303.353
Atualização monetária e juros.....	40.432	68.367
Diferimento pelo risco decorrido.....	(336.935)	(423.412)
Aviso de sinistros.....	6.212	3.322
Pagamento de sinistros.....	(4.025)	(3.988)
Outras (constituição/reversão).....	(4.774)	(95.879)
Saldo final	2.249.764	2.238.799

11.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.194	942
Novas constituições no período.....	247	956
Baixa da provisão por êxito.....	(141)	(615)
Baixa por alteração de estimativas ou probabilidades.....	-	(263)
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros (*).....	355	174
Saldo final	1.655	1.194
Quantidade de processos.....	6	6

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

12. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PMBc e PMBaC - PGBl/PRGP.....	1.829.454	1.864.035
PMBc e PMBaC - previdência.....	1.079.593	979.718
Provisão de despesas relacionadas.....	4.368	5.505
Provisão de excedente financeiro.....	1.470	7.300
Provisão complementar de cobertura (i).....	-	63.311
Demais provisões.....	6.118	6.593
2.921.003	2.926.462	
Circulante.....	315.089	321.491
Não circulante.....	2.605.914	2.604.971

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

12.1 VARIAÇÃO DA PROVISÃO COMPLEMENTAR DE COBERTURA (PCC)

Como conclusão e revisão dos modelos utilizados no TAP realizados em 31 de dezembro de 2021, houve a seguinte movimentação da PCC (vide nota explicativa nº 2.9.2):

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Benefício concedido (previdência complementar)...	63.311	39.769	(103.080)	-
Benefício concedido (seguros).....	697	415	(1.112)	-
64.008	40.184	(104.192)		

O resultado do teste de adequação de passivo apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro no montante de R\$ 61,8 milhões, mas não há necessidade de registrá-lo, pois o valor será garantido pela "mais valia" dos ativos financeiros mantidos até o vencimento que perfaz o montante de R\$ 66,5 milhões, conforme estipulado no § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015.

12.2 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2020
Saldo inicial	2.926.462	2.831.110
Contribuições.....	150.918	151.358
Pagamento de benefícios.....	(31.367)	(23.369)
Atualização monetária e juros.....	284.394	293.801
Resgates.....	(250.116)	(166.084)
Portabilidades líquidas.....	(73.838)	(123.190)
Outras (constituição/reversão).....	(85.450)	(37.164)
2.921.003	2.926.462	

12.3 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	5.170.767	5.165.261
(-) Operações com resseguradoras.....	75	76
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	75	76
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	5.170.692	5.165.185
Necessidade de ativos líquidos (I) (D)	-	45.666
Cotas de fundos especialmente constituídos.....	3.766.088	4.073.518
Cotas de fundos de investimento.....	1.375.946	1.045.233
Títulos de renda fixa - públicos.....	184.945	175.109
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	5.326.979	5.293.860
Excedente (E - C - D)	156.287	83.009

(i) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade da supervisão da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 4/2019/SUSEP/DIR4/CGMOP, a metodologia de Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETJT) está em processo de revisão pela SUSEP e, até que essa avaliação seja concluída, foi determinada a divulgação do impacto quantitativo no Patrimônio Líquido e no Resultado pela alteração da curva caso fosse utilizada a ETJT elaborada pela SUSEP, não seriam observados impactos em resultado e Patrimônio Líquido na data-base 31 de dezembro de 2021, uma vez que a insuficiência apurada neste cenário continuaria sendo compensada integralmente pela mais-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento".

13. OUTROS DÉBITOS

13.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.971	833	9.804
Constituições.....	-	99	99
Enc. êxito/reversões.....	(101)	(196)	(297)
Pagamentos.....	-	(273)	(273)
Atualização monetária.....	283	134	417
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.153	597	9.750
Quantidade de processos.....	10	3	13

(a) Provisão para processos fiscais

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (i).....	7.020	6.898
Juros moratórios.....	1.387	1.339
Processos com adesão ao REFIS (ii).....	746	734
9.153	8.971	

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aderiu-se parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguarda-se o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(b) Contingências fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. As principais referem-se à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 59.597 (R\$ 43.581 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 337 (R\$ 242 de possível impacto no lucro líquido).

(c) Provisão para processos e contingências cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 831 (R\$ 397 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 334.578, dividido em 13.308.729 (unidades), ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A AGE realizada em março de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R\$ 15.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 234 de 24 de junho de 2021.

A AGE realizada em abril de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R\$ 45.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 389 de 20 de setembro de 2021.

A AGE realizada em junho de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R\$ 25.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 430 de 07 de outubro de 2021.

A AGE realizada em agosto, outubro e dezembro de 2021, deliberou o aumento do capital social nos valores de R\$ 55.000, R\$ 10.000 e R\$ 30.000, respectivamente, e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) Reserva estatutária

Poderá ser destinada a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (Vide nota explicativa nº 7.2).

(e) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - (PLA) e margem de solvência (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	328.970
(+/-) Ajustes contábeis	(76.388)
Despesas antecipadas.....	(768)
Créditos tributários prej. fiscais IR/bases negativas de contribuição social DAC não diretamente relacionados à PPNG.....	(71.718)
(3.902)	
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	200.462
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento.....	36.563
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP.....	(34.006)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas..	119.950
77.955	
PLA de nível 1	237.460
PLA de nível 2	197.905
PLA de nível 3	17.679
(-) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3.....	(59.799)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	393.245
Capital base (I)	15.000
Capital de risco (II)	311.572
Capital de risco de mercado.....	229.055
Capital de risco de subscrição.....	154.568
Capital de risco operacional.....	4.136
Capital de risco de crédito.....	1.688
Efeito da correlação entre os capitais de risco.....	(77.875)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	311.572
Suficiência de capital	81.673

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

15. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
VGBL e VRGP.....	294.123	289.122
PGBL.....	116.599	115.352
Tradicional.....	18.603	22.08
429.325	426.56	

16. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios diretos VGBL.....	15.932	14.232
Contribuições para cobertura de riscos PGBl e Tradicional.....	15.716	13.920
Variações das provisões técnicas.....	(419)	5.104
31.229	33.256	

17. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Pessoas.....	(5.801)	18,6	(3.251)	9,8
	(5.801)	18,6	(3.251)	9,8

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas compartilhadas (i).....	(26.985)	(27.261)
Pessoal.....	(6.101)	(5.423)
Localização e funcionamento.....	(1.069)	(976)
Outras.....	(2.896)	(1.950)
(37.051)	(35.610)	

(i) Referem-se a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 20).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações de PGBl e VGBL.....	204.646	270.709
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação..	161.167	201.324
Juros de títulos disponíveis para a venda.....	35.947	35.835
Outras.....	719	798
Total de receitas financeiras	402.479	508.666
Atualização das provisões técnicas - previdência.....	(284.394)	(293.801)
Desvalorização de juros de títulos para negociação.....	(173.888)	(178.547)
Atualização das provisões técnicas - seguros.....	(40.432)	(68.367)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda.....	(163)	-
Outras (i).....	(59.086)	(2.214)
Total de despesas financeiras	(557.963)	(542.929)
Resultado financeiro	(155.484)	(34.263)

(i) O aumento deve-se principalmente as despesas financeiras da Companhia com os resgates dos recursos acumulados de participantes dos planos de previdência.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela controladora Porto Seguro Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Aluguéis dos prédios cobrados da controladora Porto Seguro Cia;
- (iii) Serviços de seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;
- (iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia.....	2.579	2.365
2.579	2.365	

	Dezembro de 2021	Receitas de 2020	Dezembro de 2021	Despesas de 2020
Demonstração do resultado				
Porto Cia.....	-	2.214	(27.722)	(28.426)
Porto Investimentos.....	-	-	(1.571)	(1.326)
Outros.....	-	-	(1.351)	(565)
	-	2.214	(30.644)	(30.317)

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

	Participação
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.....	100,0%
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	
Porto Seguro S.A.....	100,0%
Porto Seguro S.A.	
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.....	70,8%
Ações em circulação.....	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	
Pares Empreendimentos e Participações S.A.....	41,1%
Itauseg Participações S.A.....	23,1%
Itaú Unibanco S.A.....	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A	

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



PORTO SEGURO

continuação

DIRETORIA	
ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente	MARCELO BARROSO PICANÇO CEO - Seguros
FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação
LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA Diretor de Precificação	MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor
CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria
TIAGO VIOLIN Diretor Financeiro	CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM Diretor de Produto - Vida e Previdência
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços	JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing
CAROLINA HELENA ZWARG Diretora de Recursos Humanos	LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Clientes e Digital
MARCELO ZORZO Diretor	JAIME SOARES BATISTA Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador
CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de

Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com

as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>